

## FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES À DISTÂNCIA: ANÁLISE DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DA UFJF

Márcia Helena Siervi Manso - marcia.manso@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Neuza Maria de Oliveira Marsicano - neuza.maria@uab.ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

### RESUMO

Este trabalho diz respeito a um estudo sobre o Curso de Especialização em Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino Fundamental oferecido pelo Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora para os professores da rede pública de ensino de Minas Gerais. O objetivo desse estudo é fazer uma reflexão sobre a formação continuada de professores na modalidade a distância e está orientado ao desenvolvimento de competências especializadas para apropriação e domínio de métodos e técnicas no uso do computador e da internet em sala de aula e na gestão da escola, visando subsidiar o aprimoramento das atividades de ensino desenvolvidas pelo professor. No desenvolvimento deste trabalho utilizou-se a análise qualitativa documental, com base nos documentos, bem como os dados quantitativos até agora obtidos. O estudo demonstra que a modalidade de educação a distância, na formação continuada de professores, possibilita o acesso à pós-graduação, ampliando o conhecimento sobre a tecnologia educacional e seu uso na sua prática cotidiana.

**Palavras-Chave:** Educação a Distância. Tecnologias de Informação. Formação Continuada de Professores

### ABSTRACT

This paper proposes a study on Course Especialization Course in Information Technology and Communication in Fundamental Schools, offered by Centro de Educação a Distância of Universidade Federal de Juiz de Fora for teachers of public schools from the state of Minas Gerais. The aim of this study is motivate a reflection about Continued Formation of Teachers in the base of Distance Education. Furthermore this study is oriented to pointing out to development of specific specialized competences for management and handling of methods and technics in use of computer and of the internet in classroom and its management, in order to give basis to improvement of activities developed by teachers. Within the course of this paper it was used qualitative analyzes, fomented by documents, also by quantitative data which was recently obtained. This study finds that the modality of distance education, in continuing of teachers formation, gives possibility of access to post-graduation courses, expanding the knowledge concerning the tecnologia and its use in daily practice.

**Keywords:** Distance Education. Information Tecnology. Continued Formation of Teachers.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a experiência do Curso de formação continuada à distância “Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino Fundamental” (TICEF) oferecido pelo Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), para diversos Municípios do Estado de Minas Gerais.

O objetivo desse estudo foi fazer uma reflexão sobre a formação continuada de professores na modalidade a distância. Este Curso pós-graduação faz parte da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e está orientado ao desenvolvimento de competências especializadas para apropriação e domínio de métodos e técnicas no uso do computador e da internet em sala de aula e na gestão da escola, visando subsidiar o aprimoramento das atividades de ensino desenvolvidas pelo professor.

Para compreensão acerca do Curso TICEF utilizamos a análise qualitativa documental, com base nos documentos encontrados, bem como os dados quantitativos até agora obtidos.

A formação de docente na atualidade adquire ênfase bastante distinta daquela que até então lhe fora dispensada na agenda das políticas educacionais brasileiras. Isso define o anúncio de um tempo onde a formação continuada de professores se constitui como objeto das políticas públicas em educação por meio da realização de iniciativas das diferentes esferas do Poder Público (União, Estados e Municípios).

Dessa forma, a educação a distância (EAD) surge como uma alternativa viável. Esse recurso tem sido visto com uma estratégia importante para um país cuja extensão territorial e a falta de equidade na oferta de oportunidades educacionais são elementos marcantes. Além disso, segundo Pretti (2005), a EAD permite uma flexibilidade de assistência e tempo, de ritmos de aprendizagem, com distintos itinerários formativos que possibilitam diferentes entradas e saídas, com o acréscimo da questão da combinação da tríade trabalho/estudo/família, favorecendo, assim, a permanência do aluno em seu entorno familiar e laboral.

Em sintonia com toda uma retórica de valorização do professor, são concebidos programas de formação inicial e continuada visando seu aprimoramento profissional.

Para Moran (2010), defensor da EAD, a maior parte da população não tem acesso aos “recursos tecnológicos, que podem democratizar o acesso à informação”. Por isso, segundo esse autor “é da maior relevância possibilitar a todos o acesso às tecnologias, à

informação significativa e à mediação de professores efetivamente preparados para a sua utilização inovadora”.

Os recursos tecnológicos podem ser um instrumento importante de apoio às atividades didáticas desenvolvidas em qualquer nível de ensino, o que é corroborado por Mendes (2011, p.9),

De fato, na atualidade não é possível ignorar o arsenal de equipamentos, programas e recursos a disposição do professor para utilizar em suas aulas. Em especial, recorrer a internet é uma prática comum, quando se busca uma informação rápida ou o complemento para o trabalho com determinados conteúdos em aula.

A pluralidade das experiências relatadas por educadores nos encontros e congressos realizados pelo país afora revela os diferentes significados que suas práticas assumem em cada localidade. Porém, a singularidade de cada experiência construída em diferentes espaços não significa o esquecimento de princípios fundamentais na ação educativa: da interação entre os sujeitos que participam diretamente dos processos pedagógicos; da qualidade na educação; do efetivo acesso ao conhecimento; da plena possibilidade de atualização de todos os que frequentam a escola, independentemente do nível de ensino em que estejam (MENDES, 2011).

## **A EAD E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**

Do ponto de vista da legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/96), institucionalizou a EAD. Os decretos e Portaria publicados ainda em 1998 marcaram o início da regulamentação da educação à distância, e tiveram alguns aspectos importantes:

A definição de educação a distância, ou seja, todos os cursos que não consistam integralmente presenciais;

O processo de credenciamento de instituições de ensino superior para a oferta de cursos à distância, notadamente na formação de professores. A nomeação, nos documentos legais, da educação a distância como modalidade de ensino;

Garantir o incentivo do poder público, espaço amplo de atuação (todos os níveis e modalidades); Tratamento privilegiado no que se refere à utilização de canais de radiodifusão (BRASIL, 2000).

Com efeito, a Lei de Diretrizes e Bases no Art. 80 :

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação à distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I- custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II- concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III- reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL.1996).

Outra referência fundamental na legislação da educação superior a distância, está no Plano Nacional de Educação (PNE), mais especificamente na Lei nº 10.172/01, no qual a educação a distância tem função estratégica, pois:

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais (PNE, 2001).

Instituído para regulamentação da EAD, o [Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006](#), cria o sistema UAB, com os seguintes objetivos:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras.

Com a criação da UAB o Governo Federal sugere que o mesmo amplie as oportunidades de formação de professor. O Projeto UAB foi criado pelo [Ministério da Educação](#), em 2005. Atualmente é gerenciado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior ([CAPES](#)).

O sistema é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais: federal, estadual e municipal, com a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas. Trata-se da oferta de ensino superior a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Nos Municípios que desejam participar são montados Pólos de Apoio Presencial (PAPs), que possuem salas de aula, laboratórios didáticos, tutores para os alunos, biblioteca e outros recursos.

A EAD apresenta-se, hoje, “como uma possibilidade concreta e importante para a aprendizagem, que é apontada como uma condição permanente e indispensável para os sujeitos da sociedade da informação” (CERNY, 2003, p. 14). Este fato, aliado a outros fatores, certamente está impulsionando a crescente oferta de cursos e programas a distância em todo o mundo, bem como o número de matriculados nesta modalidade educacional.

Considerando a criação da UAB para formação continuada de professores, Verifica-se que o crescente interesse pela educação à distância, gera efeitos no cenário nacional e internacional, constituindo-se em uma estratégia possível dos últimos tempos no campo da educação.

É bem verdade que a EAD amplia novos horizontes para formação continuada de professores, porém devemos estar sempre atentos a avaliação dos cursos. Com base nas palavras de Pretti (1996, p.34):

A Educação a Distância não deve ser simplesmente confundida com o instrumental, com as tecnologias a que recorre. Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É, portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática

fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais.

Portanto, não basta oferecer cursos e formação continuada para todos os professores, importa, pois, verificarmos a qualidade com que tais cursos vêm sendo ofertados. Não adianta expandir as matrículas nesses cursos, se o ensino for de baixa qualidade. Um dos desafios da EAD é manter a qualidade de seus cursos.

## **O CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DO CEAD DA UFJF**

O Curso de Especialização *Lato Sensu* Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino Fundamental (TICEF) é a proposta do CEAD/UFJF a uma demanda de vários agentes do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal preocupados em preencher uma lacuna na qualificação dos professores da rede pública do Estado.

O Curso TICEF iniciou a primeira turma em 2009 com professores da rede pública dos seguintes Municípios Mineiros: Araxá, Bicas, Boa Esperança, Ilicínea, Juiz de Fora, Salinas e Santa Rita de Caldas. Posteriormente, em 2010, estendeu-se a oferta para professores dos Municípios de Barroso, Buritis, Durande, Ipanema, Lavras, Pompeu, Sete Lagoas, Tiradentes e Uberlândia.

Tabela 1 - Curso TICEF –Alunos Matriculados/Alunos Reprovados/Alunos Concluintes  
– Ano 2009

MUNICÍPIOS	ALUNOS		
	MATRICULADOS	DESISTENTES E REPROVADOS	CONCLUINTES

Araxá	25	8	17
Bicas	25	17	8
Boa Esperança	25	18	7
Ilicínea	28	21	7
Ipanema	25	11	14
Juiz de Fora	27	9	18
Salinas	27	14	13
Sta Rita de Caldas	27	16	11
<b>TOTAL</b>	<b>209</b>	<b>114</b>	<b>95</b>

Fonte: CEAD-UFJF/2011.

Na tabela 1 temos o demonstrativo de alunos-professores matriculados em 2009 que no total de Municípios do Estado de Minas Gerais, atendidos chegam a um quantitativo de 209. Entretanto, considerando o número de 114 alunos de desistentes e reprovados chega-se ao percentual de apenas 45% de concluintes. Caberia, então, uma pesquisa mais profunda que desse conta de analisar esses resultados para outros direcionamentos, considerando que quase a metade dos alunos do Curso não concluíram.

Já a Tabela 2, referente a segunda turma do Curso TICEF, demonstra que foram ofertados o curso em mais Municípios mineiros em 2010.

Tabela 2- Curso TICEF Alunos Matriculados/AlunosReprovados/Alunos Concluintes – Ano 2010

MUNICÍPIOS	ALUNOS		
	MATRICULADOS	DESISTENTES E REPROVADOS	CONCLUINTES
Araxá	26	12	14
Barroso	27	9	18

Buritís	14	9	5
Durande	28	8	20
Ipanema	26	23	3
Juiz de Fora	33	9	24
Lavras	25	13	12
Pompéu	41	26	15
Salinas	21	11	10
Sete Lagoas	27	18	9
Sta Rita de Caldas	23	14	9
Tiradentes	23	13	10
Uberlândia	43	11	32
<b>TOTAL</b>	<b>357</b>	<b>176</b>	<b>181</b>

Fonte: CEAD-UFJF/2011.

De acordo com a Tabela 2, houve um aumento no percentual de alunos concluintes, chegando a 51% do total de alunos matriculados. Embora esse percentual tenha melhorado em relação a primeira turma do Curso de 2009, isso nos leva a entender que parece, entre outros motivos, ser um processo de adaptação por parte tanto da Universidade como dos alunos-professores, por ser um curso de formação continuada em nível de especialização e em formato diferente do já conhecidos cursos na modalidade presencial.

O projeto do curso encontra como pano de fundo o atual contexto do uso do computador nas escolas de Ensino Fundamental, especificamente no que tange aos recursos e às prioridades estabelecidas recentemente pelo Ministério da Educação (JUIZ DE FORA, 2009).

Neste sentido, o Curso TICEF tem sido considerado um componente essencial para a formação de continuada de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais, em função da adoção de várias medidas que procuram visar à apropriação efetiva das ferramentas computacionais nas atividades de ensino da escola.

A proposta foi fundamentada na perspectiva de que o professor especialista ao terminar o curso, além de ampliar seus conhecimentos sobre tecnologia educacional, deveria desenvolver competências para uma ação em sala de aula e na sua comunidade.

O Curso TICEF representou o esforço organizado de uma equipe do CEAD/UFJF visando ao desenvolvimento de competências para o uso efetivo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) dentro das escolas mineiras nas diversas séries do Ensino Fundamental. Ao analisarmos o Documento Referência do Curso observamos que este visa à apropriação de tecnologias por parte dos professores da Rede de Ensino Fundamental do Estado de Minas Gerais, de modo a torná-los agentes de mudanças dentro da escola.

Além disso, o Curso TICEF propôs como resultado do processo formativo de educação continuada que os alunos-professores fossem capazes de:

1. Compreender o funcionamento das principais tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas atualmente.
2. Compreender a problemática das consequências socioeconômicas e culturais do desenvolvimento tecnológico em nossa sociedade.
3. Planejar, propor e desenvolver atividades didáticas mediante o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.
4. Trabalhar em equipe, sabendo formular projetos diversos, atribuir papéis, controlar resultados e avaliar os trabalhos produzidos.
5. Usar adequadamente o ambiente de aprendizagem do Moodle, utilizado no curso.
6. Produzir formas que aproximem a comunidade onde atuam com o mundo globalizado (relação local-global).
7. Dominar um leque de estratégias didáticas para despertar o olhar crítico de seus alunos em relação ao uso do computador e da Internet.
8. Entender a Educação a Distância como instrumento estratégico para o desenvolvimento local.
9. Articular visões próprias e tomar decisões sobre questões abertas ao seu cotidiano (JUIZ DE FORA, 2009, p.3).

O Curso TICEF foi estruturado a partir do modelo geral da UAB, e foram detalhadas as funções dos atores envolvidos nos processos do TICEF, visando principalmente à garantia da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. O Curso contou com um Coordenador Geral, um Coordenador de Tutoria, uma Secretaria administrativa, um Professor Pesquisador e um Formador, um Tutor a Distância para cada disciplina ofertada e para e um Tutor Presencial nos Polos (JUIZ DE FORA, 2009).

A organização das atividades acadêmicas previstas foi em períodos de tempo relativamente extensos, dada a predominante adoção de um ciclo letivo semestral, necessário para fornecer uma estrutura que favorecesse a integração dos conhecimentos disciplinares ministrados paralelamente mediante mecanismos eficientes de gestão.

O curso é organizado em sete disciplinas temáticas, sendo quatro no primeiro semestre, e três no segundo semestre, todas as quais sendo ministradas em dois semestres letivos consecutivos do ano, segundo o calendário da Universidade. Além delas, há um módulo inicial de acolhimento de 60 horas e um módulo de 40 horas destinado à elaboração do projeto final de curso (JUIZ DE FORA, 2009).

O aluno do Curso TICEF recebe um kit do material pedagógico de todas as disciplinas contendo vídeos, imagens, artigos, textos didáticos e outros elementos, incluindo CDs, DVDs e livros, em número suficiente para todos os alunos.

Outro aspecto interessante é que cada disciplina do curso foi organizada mediante os procedimentos padrões do ensino presencial da UFJF que consideram a criação formal das disciplinas, indicando claramente ementa, programa e bibliografia.

Para cada disciplina, o TICEF considera a aquisição de uma lista básica de livros a serem utilizados como referência adicional para o trabalho dos alunos. Estes livros básicos na ordem de dois a quatro por disciplina são enviados para os Polos onde o curso de TICEF é ofertado, de forma a estar disponíveis para consulta dos alunos (JUIZ DE FORA, 2009 p. 11).

Em relação ao Sistema de Tutoria do Curso TICEF, observamos que o corpo de tutores é formado pelos tutores a distância e pelos tutores presenciais que atuam no curso.

Pela natureza das atividades do curso, a avaliação do aluno é composta por uma parte presencial e outra parte a distância. Ou seja,

Consideram-se avaliações à distância aquelas que são realizadas pelo professor em função do trabalho que o aluno realiza no seu pólo, sem a presença do professor ou de algum tutor designado para essa função. As avaliações presenciais correspondem àquelas que são realizadas no Polo, diretamente na presença de um professor ou tutor designado especificamente para essa função (JUIZ DE FORA, 2009 p. 14).

O aluno tem ainda que fazer o trabalho de Conclusão de Curso, que consiste na defesa de um portfólio após a realização de um trabalho de síntese e aplicação pelo aluno, relacionado a um tema específico da sua realidade local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel das tecnologias da informação na atual sociedade vem sendo amplamente discutido, tanto por meios de comunicação públicos como privados no que diz respeito ao desenvolvimento de competências especializadas para apropriação e domínio de métodos e técnicas no uso do computador e da internet em sala de aula e na gestão da Escola.

O estudo sobre o Curso TICEF, sob a coordenação do CEAD, ofertado pela UFJF tem revelado numa experiência concreta de educação a distância na formação continuada de professores. Todavia, os dados de matrícula, desistência/reprovação e conclusão mostram que a continuidade desse Curso se faz necessária mesmo com as limitações encontradas, cabendo à Universidade buscar estratégias e elementos para melhoria e expansão dessa formação a todos os professores da rede pública dos Municípios Mineiros.

Dessa forma, o Curso TICEF vem cumprindo seu papel na formação continuada de professores possibilitando aos mesmos o acesso à pós-graduação gratuita e de boa qualidade, ampliando o conhecimento sobre a tecnologia educacional e seu uso na sua prática cotidiana.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **EAD** - sobre a ABED. 2007. Disponível em: <http://www.www2.abed.org.br/eadfaq.asp>. Acesso em: 20 jan 2010.

ALVES, J. R. **Os reflexos da nova regulamentação da educação a distância**: estudo técnico sobre o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/et/14.pdf>. Acesso em: 7 jan 2010.

BATISTA, Daniele P. **Procedimentos de ensino e o seminário virtual**. 2008. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/media/biblioteca/procedimentos.ensino.pdf>. Acesso em 13 jan 2011.

BELLONI, Maria L. **Educação à distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 dez. 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.622**, de 19 dez 2005. Regulamenta o art. 80 e 87 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996.

\_\_\_\_\_. Lei 10.172, de 9 jan 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Plano, 2001.

\_\_\_\_\_. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância**. Brasília: SEED, 2003.

CERNY, R. Z. et al. O uso didático do material impresso. In: DEMO, P. **A escola e as suas linguagens: uma Pedagogia para os meios**. Itajaí: Secretaria Municipal de Educação, 2003

JUIZ DE FORA. **Referencia do Curso de Especialização em Tecnologias de informação e comunicação no ensino fundamental**, UFJF, 2009.

MATTAR NETO, João A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, Onilza B. **A educação superior à distância e a democratização do saber**. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_.MEC. **Decreto nº 1.237**, de 06/09/1994. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Educação a Distância - SINEAD.

MORAN, José M. **O que é educação a distância**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 4 abr.2010.

NÓVOA, Antonio. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1997.

MENDES, Valdelaine. A expansão do ensino a distancia no Brasil: democratização do acesso. In: **XXV SIMPÓSIO BRASILEIRO E II CONGRESSO IBERO AMERICANO DE POLITICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**. São Paulo: ANPAE, 2011.

OLIVEIRA, Elsa G. **Educação à distância na transição paradigmática**. São Paulo: Papyrus, 2003.

PRETTI, Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: PRETI, Oreste. (org.) **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 1996.

REYES, José A. Apostila de Apresentação do Curso. **Documento de Referencia do Curso de Especialização em Tecnologias de informação e comunicação no ensino fundamental**. Juiz de Fora: 2009.